

XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

INSCRIÇÃO ESPACIAL DO RACISMO E DO ANTIRRACISMO: A 'PEQUENA ÁFRICA' COMO FORMA ESPACIAL DE DESCOLONIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL E PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Denilson Araújo de Oliveira

Professor do Dep. e do Programa de Pós-graduação FFP-UERJ

araujo.denilson@gmail.com

Introdução

Nas últimas décadas, obras na Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro têm revelado marcas do passado colonial e atual gestão racista do espaço da cidade colocando em debate: Quais os projetos de espaços foram construídos no passado? Quais trajetórias e inscrições silenciadas e subalternizadas? Como tem se constituído a politização das heranças da diáspora?

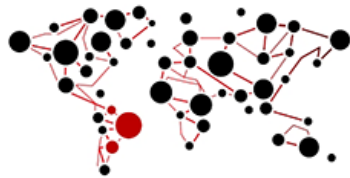
Buscamos neste trabalho problematizar a luta do movimento negro no Rio de Janeiro na área central e na região portuária em 04 dimensões metodológicas: lutas por memórias, inscrições, projetos e heranças. Entendemos que essas dimensões nos permitem construir instrumentos para reconhecer e combater o racismo inscrito na produção do espaço e criar condições para políticas afirmativas compensatórias e reparatórias.

Nosso objetivo é compreender como o racismo e a luta antirracista foi se inscrevendo na produção social do espaço. Nosso foco de análise é a área central e a antiga região portuária da cidade do Rio de Janeiro (bairros do Centro, Saúde e Gamboa) que já foi nomeada por Heitor dos Prazeres como Pequena África.

Racismo e Antirracismo na Produção Social do Espaço

O espaço geográfico é historicamente produzido (SANTOS, 2002), logo heranças, inscrições, trajetórias, memórias e projetos (CORRÊA, 2016) do nosso passado colonial persistem, interferem e é um convite a ação material e simbólica no presente (SANTOS, 2002) para sua transformação. Por ser uma construção social, o espaço geográfico é fruto das inúmeras tensões, conflitos e ajustamentos de diferentes atores sociais em diferentes escalas, esferas e contextos.

Entendemos que o racismo brasileiro inventou o negro como um problema espacial. Dos objetos espaciais marcados por intencionalidades racistas a difusão de comportamentos raciais na apropriação e uso do espaço, o racismo anti-negro condiciona, interdita, interfere racialmente a produção social do espaço.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:

produção, circulação e apropriação do conhecimento

DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

O racismo brasileiro além de ser plural é também é um camaleão. Ou seja, para manter a dominação racial a adaptação e a mudança tem sido permanente ao longo da história. O racismo por definir um padrão de poder/dominação/exploração/opressão que tem a branquitude como o paradigma, inscreve-se concomitante em sistemas de objetos e ações para se tornar mais eficaz.

Entendemos que as formas espaciais expressam não apenas as intenções de quem as conceberam, mas também os sentidos como elas passaram ser apropriadas. Desta forma, descolonizar a forma de como lemos as rugosidades significa recuperar o conteúdo político que criou tais formas espaciais e o racismo estruturando a produção social do espaço (QUIJANO, 2005; SANTOS, 2002)¹.

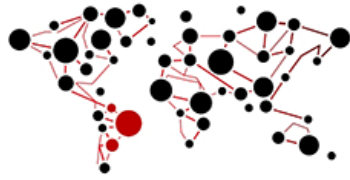
A leitura espacial do racismo ainda tem sido marcada por silêncios na sociedade brasileira, apesar do crescente número de estudos. Tanto no campo analítico quanto no reconhecimento de seus condicionamentos percebemos que a descolonização nunca atingiu o debate da produção do espaço em nossa sociedade (MBEMBE, 2008). Num país de formação colonial como o nosso, com mais de 300 anos de escravidão, essas marcas revelam formas espaciais resultantes de processos sociais (Idem) instituídos por nossas relações raciais historicamente violentas definindo uma estrutura social hierarquizada também por raça². Logo, o racismo é estrutural da formação brasileira.

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. (ALMEIDA, 2018: 38)

O racismo estrutural configurou um sistema-mundo moderno-colonial (PORTO GONÇALVES & HAESBAERT) em que seres humanos foram destituídos de humanidades, pelo escravismo colonial e foram transformados

¹ Nas últimas décadas, o termo descolonizar e suas variações, não tem tido uma interpretação unânime no Brasil, em especial após a difusão das análises dos estudos decoloniais latino-americanos a partir dos anos 1990. A distinção dos termos não envolve apenas tradução para a língua portuguesa, mas a radicalidade da ruptura. Historicamente o termo descolonização esteve ligado a ruptura com o colonialismo. A proposta feita com os estudos decoloniais envolve uma ruptura além do colonialismo, mas também da colonialidade. Assim, descolonizar envolve compreender tanto as experiências desperdiçadas quanto os projetos desenhados demolidores da colonialidade. Entendemos que a luta histórica do movimento negro tem buscado expressar esse caminho de ruptura da colonialidade, mesmo não utilizando o termo. Desta forma, utilizaremos *descolonizar* e suas variáveis por expressar as iniciativas e práticas políticas do movimento negro brasileiro. Para nós, descolonizar incorpora a luta contra a colonialidade e a formulação de outros projetos políticos ontológicos e epistêmicos antirracistas.

² Nossa formação foi e continua sendo estruturada pela intersecção de múltiplas hierarquias (gênero, classe, sexualidade, origem geográfica, raça). Por questões metodológicas, priorizaremos neste artigo apenas a raça. Sabemos dos limites que isso pode gerar. Porém, entendemos a necessidade de propor uma análise da geografia da questão racial brasileira para compreender, posteriormente, a sua intersecção com outras hierarquias.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

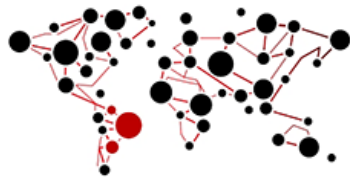
em mercadorias a serem compradas e vendidas durante mais de 300 anos. Os escravizados além serem a mercadoria para produzir mais mercadorias eram à base do sistema econômico (propriedade dos escravocratas, o trabalho braçal e tiveram os seus conhecimentos de metalurgia, mineração e agricultura apropriados a serviço do projeto colonial). Logo, uma estrutura de poder político passou a ser o símbolo da branquitude. Antigas fazendas da época colonial, casas grandes & senzalas, lazaretos, casas e prédios coloniais, arruamentos, cemitérios, antigos pelourinhos, valongos, toponímias, bustos e estátuas homenageando escravocratas, espaços de resistências negras, nomes de lugares de referência africana e/ou lideranças negras etc. demonstram que a nossa desigualdade traz o dado racial como elemento imanente ao sistema de hierarquias construído e reproduzido na atual configuração espacial.

A geo-corpo-política do conhecimento (MIGNOLO, 2003) instituiu um padrão múltiplo de hierarquias que se combinam e se retroalimentam. Grosfoguel (2010) chama a intersecção dessas hierarquias de *heterarquias* definindo: uma hierarquia espiritual, de gênero, étnico-racial, linguística, sexual, classe, inter-estatal, da divisão do trabalho, da cultura, do conhecimento e da produção de mentalidades e epistêmes conformadora do projeto moderno-colonial. Logo, são múltiplos os racismo conformadores da produção social do espaço. Em nossa sociedade o racismo foi instituído na gênese de nossa formação sócio-espacial como um *padrão de normalidade* (ALMEIDA, 2018) e se reproduz intensamente no contexto neoliberal. O racismo não é questão de ato falho, mas uma máquina mobilizadora de mentalidades.

O neoliberalismo é um projeto civilizatório (LANDER, 2000) que demonstra a permanência da colonialidade ao mobilizar a raça como um projeto necropolítico ao deixar morrer e/ou exibir há condições insalubres que podem gerar morte por serem classificadas como não rentáveis e de menos valor (VALVERDE, 2019). Assim, a

[...] raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça, sempre há contingência, conflito, poder e decisão de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. (ALMEIDA, 2018: 19.)

Por isso, o racismo no Brasil é um grande camaleão se adaptando ao meio onde está e se transformando constantemente. O racismo traz heranças irreduzíveis da colonialidade e ao mesmo tempo se renova com as transformações na ideia de raça (QUIJANO, 2005; ALMEIDA, 2018). Assim entendemos que o racismo precisa ser compreendido na análise da produção social do espaço, pois institui: 1) a propriedade como um privilégio racial masculino e branco; 2) define uma política racial de *lugares de memória* (NORA, 1993); 3) o branqueamento da paisagem e do território (OLIVEIRA, 2014; SANTOS, 2018) como um dos símbolos da modernização do espaço; 4) cria e recria formas espaciais que reafirmam uma hierarquia do humano

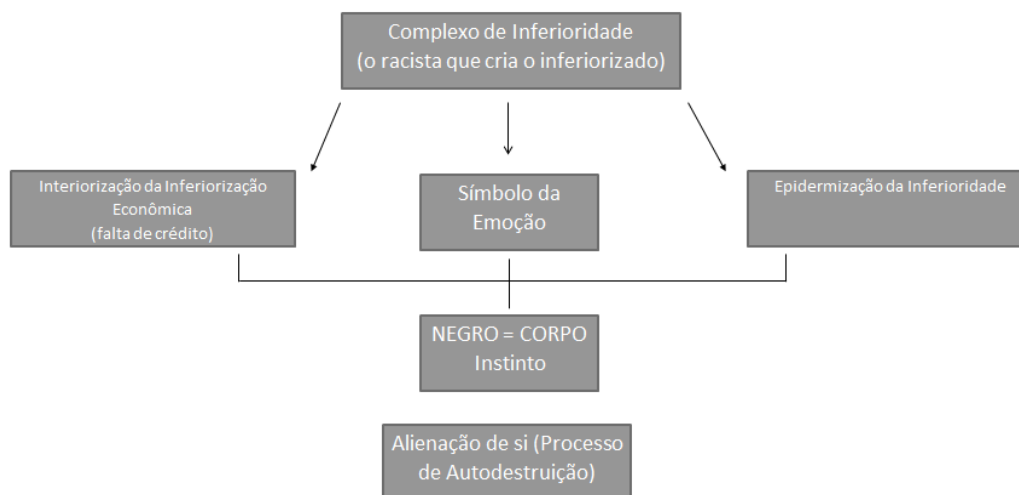


XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

baseado na ideia de raça, visando reproduzir os falsos complexos apontados por Fanon (2008): o complexo de inferioridade, dependência e superioridade. Esses são apenas alguns exemplos.

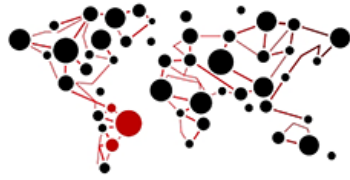
Fanon (Idem) aponta que é o racista que cria o inferiorizado. Logo, formas raciais de apropriação e uso do espaço. O inferiorizado é o símbolo da emoção, sem crédito e expressão tanto da interiorização da inferioridade quanto da epidermização da inferioridade. Logo, o negro foi inventado como corpo desprovido de razão e para manter-se no seu lugar racialmente definido. Fanon (Ibidem) lembra que o destino do negro é ser branco; assim sendo, há um processo de alienação de si gerando autodestruição. O complexo de inferioridade produz apagamento e invisibilização das formas espaciais/processos sociais vinculados aos negros. Para Fanon (*op. cit.*), um branco, mesmo que pese ser minoria na colônia (ou no pós-colonial), jamais sentiu o complexo de inferioridade, pois suas formas espaciais nunca foram tratadas como não-ser, isto é, transitam em zonas de opressão.



As formas espaciais ligadas à diáspora africana carregam processos de silenciamento, tentativas de apagamentos e negações. Esse é o foco espacial da colonialidade. A política de silenciamento buscou apagar e/ou usurpar dos saberes dos escravizados, mas também silenciar o conteúdo violento das formas espaciais, isto é, uma política de memória espacial que produz um *esquecimento consciente* de que a raça foi mobilizada para escravizar pessoas, dominar territórios, impor uma soberania e hierarquizar o humano. A colonialidade busca produzir efeitos paisagísticos na produção de inconscientes coletivos.

As lutas antirracistas inscritas na paisagem

A Praça XV foi o antigo porto de escravizados até 1769. Pereira (2007) afirma que em função das queixas da elite local sobre o trânsito de escravizados nus, a venda de escravizados e toda tensão que isso gerava, o marques de Lavradio transferiu o cemitério e o comércio de escravizados para



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

a área do Valongo, na Saúde/Gamboa, que se tornou o maior porto escravagista do planeta. O cemitério de *pretos novos*, que ficava no Largo de Santa Rita, passou a funcionar na atual rua Pedro Ernesto, na Gamboa (Idem). Essas formas espaciais são reveladoras do exercício do poder soberano, da biopolítica e das biopotências (PELBART, 2008) que resistiam à violência da escravidão nos navios negreiros e chegavam mortos no desembarque³.

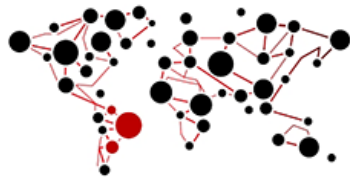
A colonialidade definiu os negros como seres reféns dos impulsos de agressividade e musculares (trabalho braçal) e, sobretudo, impulsos sexuais gerando a “negrofobia” (QUIJANO, 2005; FANON, 2008). Logo, crueldade não se aplica aos negros, pois são um problema espacial a ser disciplinados, controlados e contidos. A raiva dos escravizados e dos negros violentados, “esse produto direto da situação colonial” (FANON, 1968: 266), foi, especialmente pelos racistas liberais, individualizadas e reprimidas para não gerar problema no mercado, já que os corpos negros eram a principal mercadoria deste mercado. A raiva recompunha esses seres como não mercadoria e dotados do destino de suas próprias vidas (Idem). Logo, gerava medo branco e seu complexo de autoridade.

O complexo de autoridade se inscreve na paisagem definindo o que e quem deve ser visto, portanto, lembrado, ou seja, um *regime de visibilidade* (TARTAGLIA, 2018).

³ C. R. James (2010) aponta distintas modalidades de poder e resistências que resultaram nas mortes de escravizados nos navios negreiros. “Ao contrário das mentiras que foram espalhadas tão insistentemente da docilidade do negro, as revoltas nos portos de embarcação e a bordo eram constantes” (Idem: 22). Os escravizados eram assassinados devido ao exercício biopolítico, isto é, deixar viver para serem escravizados e fazer morrer os revoltosos. Chegavam desnutridos, com feridas infeccionadas, com várias doenças devido ao espaço insalubre que eram os navios negreiros. Vemos que séculos antes do darwinismo social ter difundido suas ideias, a lógica biopolítica no período colonial era *os mais fortes sobrevivem*. O poder soberano também vigia nos navios negreiros. James (2010 p. 23) lembra que:

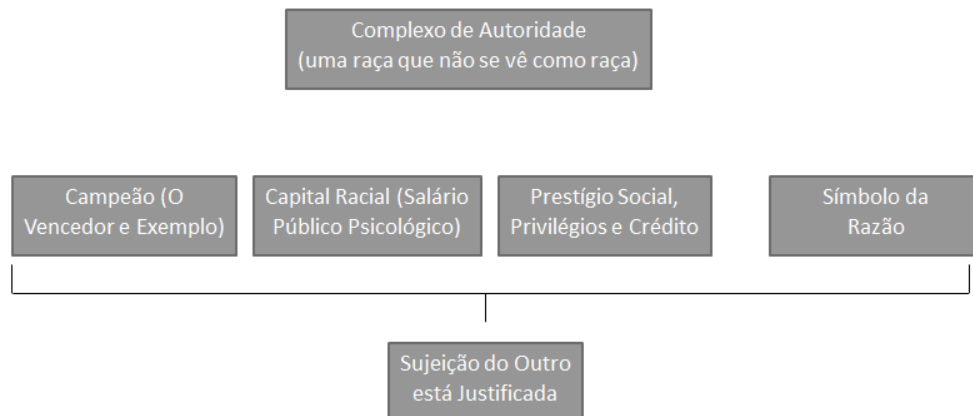
“Por medo da carga [isto é, medo dos escravizados], uma crueldade selvagem se desenvolvia na tripulação. Um capitão, para inspirar terror nos escrav[izad]os, matou um deles e repartiu seu coração, seu fígado e suas entranhas em trezentas partes, obrigando os outros escrav[izad]os a comê-los, ameaçando aqueles que não o fizessem com o mesmo suplício. (DE VAISSIÈRE, *Saint-Domingue*, p. 162.)

Mas também, essas potências de vida que foram escravizadas também morriam por mágoa de ter sido vendido, enlouquecimento, longas greves de fome, de raiva, tristeza (o banzo), de desespero e revoltas nos navios negreiros. Eram potências de vidas que estavam sendo apagadas pelo projeto escravocrata.

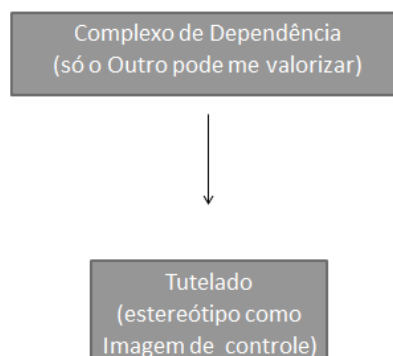


XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

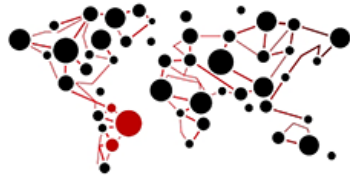


A colonialidade ao definir o branco como o paradigma, o exemplo, o que possui confiança é aquele também que recebe um *salário público psicológico* como afirma William Du Bois (*apud* SCHUCMAN, 2012), ou seja, mesmo o branco pobre possui um capital racial que lhe permite usar os espaços do branco rico sem sofrer qualquer tipo de interdição e/ou constrangimento racial. O negro não possui esse capital. Logo, precisa sempre de um *cartão de visita* (OLIVEIRA, 2011). Percebemos aí o complexo de dependência. O complexo de dependência define imagens-controle (COLLINS, 2016) sobre os negros. A imagem de controle desumaniza e naturaliza violências buscando eliminar a subversão do estereótipo (Idem) para que se mantenha a dependência. A falsa escapatória é a tutela, ou seja, seu destino está nas mãos de outro. Para Collins (*Ibidem*: 103) “[...] a substituição de estereótipos negativos por estereótipos ostensivamente positivos pode ser igualmente problemática, caso a função dos estereótipos como mecanismo para controlar imagens permaneça velada”. Vemos aí um círculo infernal (FANON, 2008).



Esses falsos complexos buscam instituir formas de subjetivação, ou seja, maneiras de se produzir autoconhecimento, viver, interpretar a vida engendrando assim, sujeitos imanentes às formas espaciais. Uma produção de uma psicofera indissociada de uma tecnosfera (SANTOS, 2002). Logo,

As heranças africanas permanecem sendo subjugadas pelo silenciamento, apagamento e apropriações de suas marcas



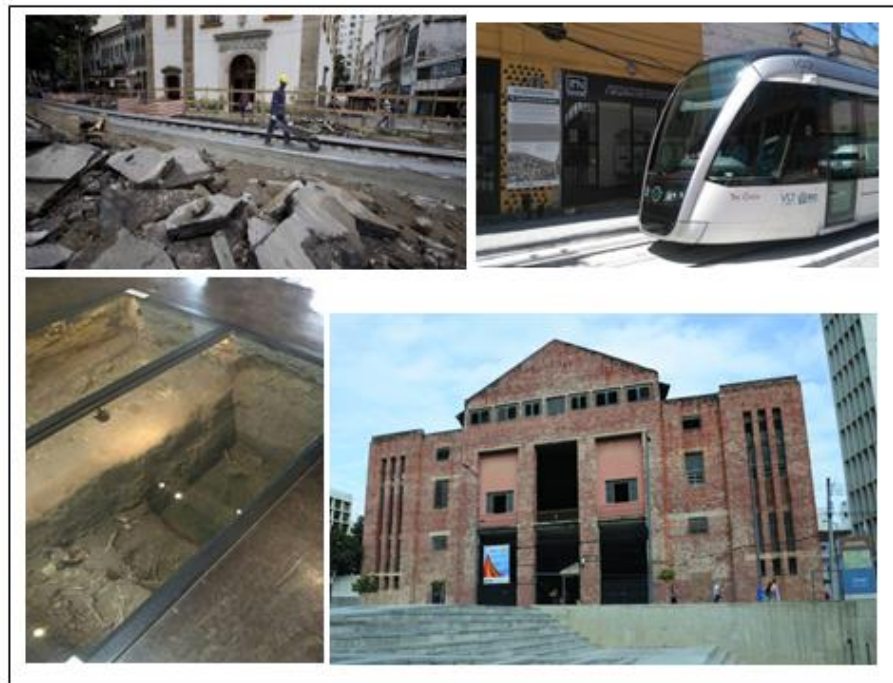
XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

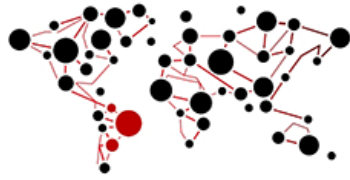
negras. Neste caso, os lugares são bem delimitados em erudito para patrimônios de herança europeia e popular ou folclórica para africana, na verticalidade e não horizontalidade, onde a primeira é o topo supervalorizado e a segunda a base desvalorizada (GUIMARÃES, 2018: 101).

Analisando a área central do Rio de Janeiro, encontramos tanto heranças do racismo inscrito nas rugosidades do espaço (SANTOS, 2002) quanto gestões racistas do espaço urbano pelos atuais governantes. Ao caminhar pela região nomeada por Heitor dos Prazeres de “Pequena África”, na zona portuária do Rio de Janeiro, os ecos históricos do regime de calculada brutalidade e terrorismo (JAMES, 2010) como era a escravidão ainda ressoam nas formas espaciais e na paisagem. A amnésia socialmente construída do conteúdo histórico destes sistemas de objetos reforça um sistema de ações que nunca descolonizou a produção social do espaço. Durante mais de um século, essas formas espaciais foram silenciadas pelo poder público e de pesquisas acadêmicas.

As “descobertas” dos sítios arqueológicos no Largo da Santa Rita e da Gamboa, mesmo após pressão do movimento negro, não faz com que o poder estatal desista de passar trilhos sobre esse *lugar de memória* (NORA, 1993), como as fotografias demonstram abaixo. Isto é, a reconstrução dos significados de formas espaciais pretéritas.



As *agências negras* inscrevem-se nas formas espaciais. Percebemos dois tipos de agências criando *lugares de memórias corporificadas* que podemos perceber nas paisagens retratadas acima. A primeira imagem refere-se a violências simbólicas produzidas pelo Estado nas formas espaciais diaspóricas das ancestralidades, criando uma política de esquecimento (NORA,



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

1993). As três primeiras imagens acima corroboram essa tensão frente aos *lugares de memória corporificados*.

Já o segundo tipo de agência produzindo *lugar de memória corporificada* revela as técnicas e inteligências negras na construção dos objetos espaciais. Acima vemos também uma fotografia do Cais do Valongo/Imperatriz do prédio construído por um engenheiro negro, André Rebouças, abolicionista, que era diretor de obras da Alfândega, que, num contexto escravocrata, impedia o uso de mão de obra escravizada nas obras que coordenava. Ele criou prédios erigidos por trabalhadores negros livres, como outro projeto de sociedade⁴, e lutava por uma abolição na qual se comportava a ideia de reforma agrária como elemento imanente.

As imagens dos cemitérios de pretos novos no Largo de Santa Rita (centro da cidade) e o da atual rua Pedro Ernesto (no bairro da Gamboa) revelam o conteúdo político das rugosidades. Recuperar o sentido de rugosidade a partir das agências negras que transformam o lugar em território reconfigurando o processo de santuarização do território (MBEMBE, 2014) dos cemitérios. Ou seja, uma luta por respeito, dignidade e reconhecimento das histórias que tentaram se apagadas. Uma *consciência negra do Negro* (MBEMBE, 2014 p. 62)⁵.

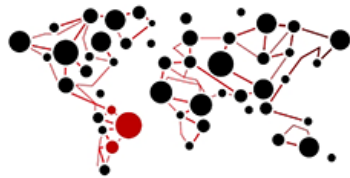
No contexto colonial, o viajante alemão G. W. Freireyss comentando os cadáveres sepultados à flor da terra, ou seja, a um palmo de profundidade, na época de vigência da escravidão, descreveu assim o Cemitério dos Pretos Novos da atual rua Pedro Ernesto, em 1814.

No meio deste espaço [de 50 braças] havia um monte de terra da qual, aqui e acolá, saíam restos de cadáveres descobertos pela chuva que tinha carregado a terra e ainda havia muitos cadáveres no chão que não tinham sido ainda enterrados (CARVALHO, *apud* PEREIRA, 2007: 09).

A descrição de Freireyss revela que a brutalidade e a crueldade, mesmo após mortos, não se aplicam aos negros. A área descrita pelo viajante alemão era a área onde o lixo da cidade era despejado. Esses corpos eram vistos como *não-seres*. Os grupos responsáveis pela escravização não se viam como assassinos (AGAMBEM, 2004). Estamos vendo aí elementos que sustentaram no passado, e ainda hoje, que nem mesmo quando morrem aos milhões, negros geram comoção (OLIVEIRA, 2015). Os negros, *pretos novos* ou não, não são vistos como humanos (FANON, 2008). A colonialidade, ao hierarquizar o humano produz o negro como *não-ser* (QUIJANO, 2005; FANON, 2008). O horizonte de sentido do *não-ser* é um horizonte dos brancos (PESÁNTEZ, 2008). A condição humana não se aplica aos negros nem em vida nem depois de mortos, pois são indignos. O racismo busca produzir perpetuamente o negro como *não-ser*. São *não-seres* que se encontram em *desagências*, cujo “[...] o nada infeste o ser [negro]” (SARTRE, 2007). “Dizemos que se encontra

⁴ Percebemos no movimento negro uma política de releitura dos vestígios ao compreender projetos do passado que criaram algum benefício para negros, que se materializaram em formas espaciais.

⁵ Veja aí o sentido político apontada por Mbembe (2004) no substantivo Negro com letra maiúscula.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:

produção, circulação e apropriação do conhecimento

DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

desagência em qualquer situação na qual o africano [e os negros fora da África] seja descartado como ator ou protagonista em seu próprio mundo [e/ou em diáspora]” (ASANTE, 2009, p. 95). Esses “cemitérios” eram a expressão espacial da zona do *não-ser*, uma região árida e estéril, isto é, desprovida de sensibilidade, dignidade e respeito. Corpos marcados a ferro e fogo, jogados, enterrados à *flor da terra* (PEREIRA, 2007), misturados, a banalidade do mal (ARENDDT, 1999).

No endereço eletrônico do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos na internet mostra passagem do prefácio do livro de Pereira (2007: 09) escrito por José Murilo de Carvalho quando afirma que:

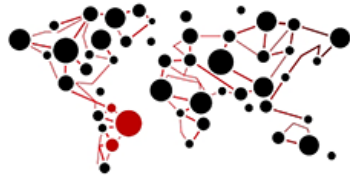
O cemitério destinava-se ao sepultamento dos pretos novos, isto é, dos escravos que morriam após a entrada dos navios na Baía de Guanabara ou imediatamente depois do desembarque, antes de serem vendidos. Ele funcionou de 1772 a 1830, no Valongo, faixa do litoral carioca que ia da Prainha à Gamboa.

Funcionara antes no Largo de Santa Rita, em plena cidade, próximo de onde também se localizava o mercado de escravos recém-chegados. O vice-rei, marquês do Lavradio, diante dos enormes inconvenientes da localização inicial, ordenou que mercado e cemitério fossem transferidos para o Valongo, área então localizada fora dos limites da cidade.

O Valongo entrou, então, para a história da cidade como um local de horrores. Nele, os escravos que sobreviviam à viagem transatlântica recebiam o passaporte para a senzala. Os que não sobreviviam tinham seus corpos submetidos a enterro degradante. Para todos, era o cenário tétrico do comércio de carne humana.

Esses mortos revelam que não só sofreram dores físicas, emocionais e psíquicas, produzidas pela escravidão, mas também, dores ontológicas (FANON, 2008) que inventaram o negro como *não-ser*, sem agência, isto é, o nada, abaixo do humano e vazio de humanidade (MBEMBE, 2014). Os *pretos novos* eram destituídos de subjetividades, como todos os negros escravizados, e vistos como corpos que não geravam lucro. Os *pretos novos* foram os grupos que buscaram de todas as formas não se submeterem aos arquétipos da colonialidade e não sobreviveram. São corpos que lutaram pelo Atlântico para sobreviver, a grande Kalunga⁶. Construir um exercício de memória acerca dessa paisagem do Cemitério dos Pretos Novos revela um *lugar de horror* e de sofrimento que se busca hoje atribuir outro significado político, um *lugar de memória corporificado*. Isto é, a transformação do cemitério num sitio

⁶ Palavra de origem banta que significa imensidão, mar, morte. O tráfico pelo Atlântico era concebido pelos escravizados como a travessia do grande cemitério. No livro de óbitos da Freguesia de Santa Rita [parte desse registro está no *folder* distribuído pelo Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (mais conhecido como IPN) aos seus visitantes] percebe-se a colonialidade do poder religioso que destituía os nomes próprios e atribuía nomes católicos e/ou portugueses aos mortos, uma espécie de identidades itinerantes (MBEMBE, 2014) somente para serem enterrados à flor da terra no “cemitério”. Percebe-se que crianças e pessoas muito jovens eram escravizadas.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

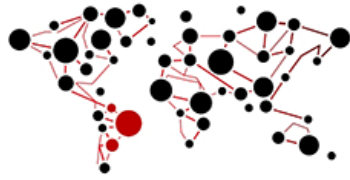
arqueológico de visitação pública expressa uma agência espacial que revelam experiências de luta de *potências indomáveis* produtora de outras escritas da história e *geo-grafias* silenciadas pela escravidão e das memórias apagadas pelas gestões racistas do espaço. São agências que buscam transformar as geohistórias dos corpos negros como sujeitos políticos centrais da leitura da formação brasileira.

As agências estão na esfera da produção de consciência (SARTRE, 2007) do tempo-espaço dos corpos destituídos de valor. Lembremos aqui Walter Benjamin (*apud* BOSI, 1994, p. 18) quando afirma que “só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado”. Essas agências são reservatórios de sentidos, mananciais de formas de vida que foram impedidas de serem vividas e histórias de biopotências⁷ (PELBART, 2008) que buscaram serem negadas e silenciadas. A indiferença com relação às histórias dos corpos negros desses antigos ‘cemitérios’ é a forma de produzir um processo de *nadificação* (SARTRE, 2007) e desagências (ASANTE, 2009). Percebemos aqui o racismo brasileiro institucional construído pela administração municipal, com alguma solidariedade do governo estadual e federal, criando uma *política administrada de morte* (OLIVEIRA, 2015) dos quadros sociais [e espaciais] das memórias coletivas (HALBWACHS, 2006) negras e de matriz afro revelando o “funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça” (ALMEIDA, 2018). São políticas racializadas de memória espaciais coletivas que passam a ser uma das marcas da gestão racista do espaço e da paisagem pelos gestores municipais (OLIVEIRA, 2015).

A gestão racista do espaço se expressa de diferentes maneiras: 1) desfinanciamento dos espaços culturais negros diaspóricos; 2) um tempo governamental desigual através da burocracia que dificulta a efetivação de políticas de reconhecimento, redistribuição e representação negra nas instâncias de poder; 3) um esquecimento consciente das histórias e geo-grafias negras e diaspórica na produção social do espaço; 4) seletividade racial nos bens tombados.

A duração e estabilidade são os alvos dessa política definindo quais memórias devem permanecer e quais devem ser destruídas, ou seja, uma gestão bionecropolítica das memórias negras (OLIVEIRA, 2015). O objetivo é criar uma *espoliação das lembranças e do direito à memória* (BOSI, 1994), definindo um dos mais cruéis exercícios de opressão sobre os sujeitos (Idem), a negação do direito de afirmar-se com ser a partir de sua história e memórias. Um processo de negação das formas de subjetivação. Muito além do exercício de recordação, a memória é uma das formas fundamentais de subjetivação que produzimos enquanto ser em relação ao tempo e o espaço (Ibidem). “A memória é o que confere sentido ao passado como diferente do presente (mas fazendo ou podendo fazer parte dele) e do futuro (mas podendo permitir

⁷ Um dos instrumentos de produção de memória na luta contra o genocídio negro hoje no Brasil é afirmar que “nossos mortos têm voz”. Vemos a reafirmação que as potências das vidas negras não serão apagadas com a morte física



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

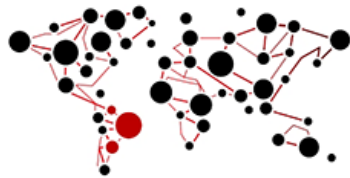
esperá-lo e compreendê-lo)” (BOSI, 1994 p. 164). Logo, ela envolve relações de poder/resistência/r-existências acerca do que se quer silenciar, esquecer e/ou recordar.

O racismo brasileiro cria e recria condições para impedir a reconstrução das experiências de tempo e a construção histórica de uma consciência espacial definindo o que deve ser lembrado, onde deve ser lembrando, como deve ser lembrado, quando deve ser lembrado, em que contexto deve ser lembrado, quais inscrições serão escolhidas para serem lembradas e, principalmente, o que deve ser esquecido, silenciado e apagado para não comprometer as estruturas sociais de poder racista, que paradoxalmente, não se vê como racista.



Percebemos nas imagens acima mais agências produzindo *lugares de memórias corporificados* explícitos e ocultos com os grafismos na paisagem da Pedra do Sal⁸. A criatividade dos grafismos ocultos, são reconhecidos apenas pelos que dominam o código, definem uma permanência do enfrentamento por um prazo maior, pois muitas vezes não são percebidas como enfrentamentos. São práticas culturais afrodiaspóricas restituindo o protagonismo negro, como a luta contra a opressão racial. Há também outros *lugares de memória corporificados* como estátua da bailarina negra Mercedes Batista no Largo da Prainha, no bairro da Saúde. A imagem de uma mulher negra no espaço público rompe com a subalternização da subalternização da subalternização (ROJAS, 2004) ao interseccionar gênero, raça e classe. O local da estátua e proximidades já abrigou a violência do comércio de escravizados e uma força

⁸ Nas religiões de matriz afro, as *pedreiras* são campos de ressonâncias do orixá Xangô. A natureza é aí socialmente produzida pela religião. Vemos aí o antirracismo inscrito nas religiões de matriz afro no Brasil expressa a natureza como potência de realidades de mundos religiosos africanos. Portanto, discursos ocultos como infrapolítica dos grupos postos como desvalidos (SCOTT, 2004) são transmitidos e cultuados na Pedra do Sal, pelos religiosos da umbanda e candomblé, que historicamente constituiu a Pedra do Sal como espaço de encontro, de criatividade e produção de subjetividades negras com as rodas de samba e manifestações culturais afro-brasileiras no passado e no presente. São lutas contra a opressão espiritual e epistêmica que definem ontologias políticas (ESCOBAR, 2015) como instrumento de preservação e defesa de outros modos de ser-estar no mundo e propõe direitos territoriais negados e subalternizados pelo eurocentrismo (Idem). Fanon (1969) lembra que o foco do racismo cultural e destruir um modo de existência.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

com a função de abater condenados à morte (escravizados e dissidentes do sistema em geral no período colonial), e nesse mesmo local já foi um lugar de encontro e celebração de músicos ligados ao samba (PEREIRA, 2007). Ademais, nesta localidade também já abrigou muitos terreiros ligados às religiões de matriz afros e zungus⁹ que foram sendo expulsos com a urbanização/branqueamento, ou seja, a modernidade e sua imanente colonialidade. Contudo, ainda permanece algumas heranças de antigos zuguns no largo da Prainha, como a *Casa do Nando*. A luta do movimento negro pela politização do espaço envolve a construção de memória de nossas ancestralidades¹⁰.

As memórias urbanas pela lógica neoliberal são revitalizadas e passam a ser negociadas privilegiando a especulação imobiliária criando um não-lugar, isto é, um espaço que não produz identificação e sim é para exibição. Logo, são "(...) acompanhados de um reforçado esquema de segurança (pública e privada), que ajudavam a transformar esse trecho da cidade em um artificial boulevard" (LEITE, 2002, p. 119-120). Contudo,

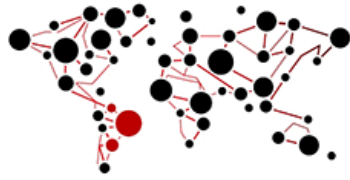
[...] essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989: 04).

Vemos o movimento negro transformando os *lugares de horror* da escravidão em *lugares de memória corporificados* e, concomitante, a reafirmação das agências negras através das formas espaciais como uma pedagogia territorial da luta antirracista. Compreender as r-existências inscritas nas formas espaciais revelam enfrentamento de uma longa duração que tem sido percebido pelo movimento negro. Essas formas espaciais são símbolos de que um *status* desigual foi historicamente produzido e há necessárias políticas compensatórias e reparatórias a serem construídas no curto, médio, longo e longuíssimo prazo.

Estamos falando de mais de 10 milhões de escravizados trazidos para as Américas. Alguns estudiosos estimam que esse número seja maior. Desembarcaram no Brasil mais de 6 milhões de "africanos" escravizados arrancados de suas terras, sequestrados e levados para o trabalho forçado em outro continente a milhares de quilômetros de sua terra natal durante mais de 300 anos de tráfico. No Rio de Janeiro estima-se que mais de 01 milhão de pessoas desembarcaram no Cais do Valongo/Imperatriz (PEREIRA, 2007).

⁹ Nei Lopes (2004: 698) afirma que os zungus eram: "Cortiços, coloji, habitações de negros pobres. O nome designou também cada um dos estabelecimentos comerciais no Rio de Janeiro colonial, com oferta de música, refeições e pousada, mantidos em geral por negros minas libertos. Do quicongo *nzungu*, 'panela', 'caldeirão'".

¹⁰ Um quantidade crescente de professores de escolas públicas, privadas e universidades escolhem o roteiro ampliado da "Pequena África" de produzir experiências que gestem vinculação com os patrimônios culturais negros.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

O processo de urbanização/branqueamento capitalista produziu inúmeras reformas e aterros na zona portuária, e por toda parte central da cidade, e, aliadas ao racismo institucional têm produzido uma política deliberada de esquecimento. Com a “descoberta” do Cemitério dos Pretos Novos, a partir do acaso (reforma da residência), tomou-se ciência de mais de 5.000 resgates de corpos ainda possíveis de serem identificados, já que uma prática comum nos “cemitérios” era queimar os corpos para que se pudesse jogar mais corpos desencarnados. Entendemos que é necessário uma leitura descolonial da memória afrocentrada, pois nos permite pensar a diáspora africana evocando não só o passado, mas também propicia o alargamento das fronteiras do presente (BOSI, 1994). Uma *memória do futuro*.

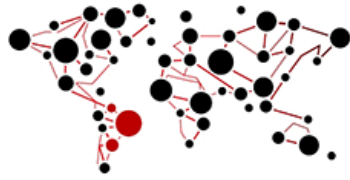
Descolonizar é recuperar e (re)criar as agências negras na produção do espaço. Entendemos que esta pode significar uma forma de combate ao racismo estrutural que engendrou instituições e (re)produz formas de subjetivação. Eis o grande desafio a ser enfrentado na construção de uma justiça espacial de transição como política reparatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo é um sistema de dominação/opressão/exploração que legitima o extermínio de pessoas, suas histórias, geo-grafias e memórias. O combate a essa política de apagamento e esquecimento forçado pelo movimento negro tem mobilizado a politização das formas espaciais. A afirmação de conteúdos históricos diaspóricos nas formas espaciais tem se constituído uma das estratégias antirracista do movimento negro em politizar a produção do espaço.

O tema das marcas espaciais negras da diáspora tem se tornado uma das principais bandeiras da luta política, em diferentes escalas, do movimento negro brasileiro nas últimas décadas. Assim, a luta do movimento negro tem criado uma política de escala para conseguir o reconhecimento nacional e internacional para pressionar o Estado a romper com o seu racismo institucional e utilizar dos patrimônios negros para criar outra leitura do urbano e do Brasil.

Pequena África, Cais do Valongo e da Imperatriz, Largo do Depósito, Cemitério dos Pretos Novos, Jardins Suspensos do Valongo, Terreirão do Samba, Pedra do Sal, estátua de João Cândido, Centro Cultural Pequena África, monumento de Zumbi dos Palmares, entre tantas marcas na paisagem das heranças, projetos e inscrições afrodiaspóricas, geossímbolos nos dizeres de Bonnemaïson (2002), são frutos de ardentes lutas do movimento negro para politizar racialmente a produção do espaço, e pressionar pela construção de políticas públicas que ratifiquem os protocolos locais, nacionais e internacionais assinados pelo governo brasileiro. Os desafios são imensos, ainda mais num contexto de intensificação do racismo estrutural. Avaliar os patrimônios da diáspora na área central do Rio de Janeiro permite verificar a construção de outros horizontes de sentido (QUIJANO, 2005) na luta antirracista a partir da politização das formas espaciais.

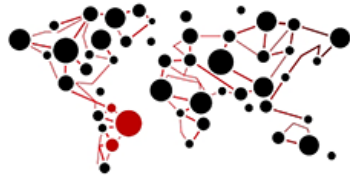


XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

REFERÊNCIAS

- AGAMBEM, G. Estado de exceção: homo sacer. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, S. L. d. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ARENDDT, H. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ASANTE, M. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.) Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Geografia Cultural: um século. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. P. 83-131.
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.
- CORRÊA, R. L. O interesse do geógrafo pelo tempo. Boletim Paulista de Geografia, v. 94, 2016, p. 1-11.
- DAVIS, A. Los rostros de la resistencia. Las mujeres negras del Blues. In: FABARDO, M. Feminismos negros. Una antología, 2012, de la edición, Traficantes de Sueños. _____ . A liberdade é uma luta constante. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ESCOBAR, A. Territórios de diferença: la ontología política de los 'derechos al territorio'. Desenvolvi. Meio Ambiente, v. 35, p. 89-1000, dez. 2015.
- FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008. _____ . Em defesa da revolução Africana. Lisboa. Livraria Sá da Costa. 1969. _____ . Os Condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. DE S. & MENESES, M.P. (Org.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
- GUIMARÃES, G. F. O conceito de lugar no processo-projeto patrimonial negro-brasileiro. In: Gênero e diversidade na escola: espaço e diferença. Goiânia: Gráfica UFG, 2018 <https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte1/01.html>.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- JAMES, C. L. R. Os Jacobinos Negros. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 115-134, jun. 2002.
- LOPES, N. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- MBEMBE, A. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014. _____ . Por un entierro simbólico del colonialismo. Publicado en Le Messenger (Duala, Camerún) – Traducción: oozebap.org, 2008.
- MIGNOLO, W. D. Os esplendores e as misérias da “ciência” : colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémico. In: SANTOS, B. S. (Org.) Conhecimento Prudente para uma Vida Decente – 'Um discurso sobre as Ciências' revisitado. São Paulo: Cortez, 2003b.
- NOBRE, C. Guia Patrimonial da Pequena África. Rio de Janeiro: Centro Portal Cultural, 2014.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, D. A. Por uma Geografia das relações raciais: o racismo na cidade do Rio de Janeiro. 2011. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- _____. O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. v. 16, n. 1, p. 85-106, maio 2014.
- _____. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu. Anais do Copene Sudeste, 2015.
- _____. Africanidades. Revista Catedra Digital. Vol. 2, 2016.
- _____. Cartografia da Campanha dos 21 dias de ativismo contra o racismo. In: XAVIER, L. S.; LACERDA, L. S. OLIVEIRA, L. F. (orgs). 21 dias de ativismo contra o racismo. Rio de Janeiro: Selo Novo, 2018.
- PELBART, P. P. Vida e Morte em Contexto de Dominação Biopolítica. Conferência proferida no dia 3 de outubro de 2008 no Ciclo "O Fundamentalismo Contemporâneo em Questão", organizado pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, 2008.
- PEREIRA, J. C. M. S. À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Garamond/Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- PESÁNTEZ, C. L. El color de la razón y del pensamiento crítico en las Américas. Tese de doctorado en Estudios Culturales Latinoamericanos. Universidad Andina Simón Bolívar, sede Ecuador. 2008.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. & HAESBAERT, R. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- ROJAS, A. Subalternos entre los subalternos: presencia e invisibilidade de la población negra en los imaginarios teóricos y sociales. In: Conflicto e (in)visibilidade Retos en los estudios de la gente negra en Colombia. Cali: Editorial Universidad del Cauca, Colección Políticas de la alteridade, 2004.
- SANTOS, M. A natureza do espaço – tempo e técnica, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SANTOS, R. et. alli. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? In: RENA, Natacha et. alli. (Org.) Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, Belo Horizonte: Fluxos, 2018.
- SARTRE, J. P. O Ser e o Nada. Petrópolis: Vozes, 2007. 15ª edição.
- SCOTT, J. Los dominados e la arte de la resistencia. Mexico: Era, 2004.
- TARTAGLIA, L. R. A construção do olhar na cidade: graffiti, paisagem e espaço público. Tese (Doutorado em Geografia) – PPGE, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- VALVERDE, C. O neoliberalismo aplica a necropolítica – deixa morrer pessoas que não são rentáveis. Revista Orp. 23 de abril de 2019.